

TutPrv no RECURSO ESPECIAL Nº 1.838.267 - AC (2019/0276356-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
REQUERENTE : **M A M P DE N**
ADVOGADO : **THALLES VINICIUS DE SOUZA SALES - AC003625**
REQUERIDO : **P M DE V P DE N (MENOR)**
REPR. POR : **M O M DE V**
ADVOGADOS : **ORIETA SANTIAGO MOURA - AC000618**
: **GRIJAVO SANTIAGO MOURA - AC004590**

EMENTA

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL. PRETENSÃO TRANSVERSA DE SUSPENSÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. *PERICULUM IN MORA* E *FUMUS BONI IURIS* NÃO DEMONSTRADOS. TUTELA PROVISÓRIA INDEFERIDA.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial, com pedido de tutela provisória, interposto por M. A. M. P de N., fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 287):

CIVIL. FAMÍLIA. ALIMENTOS PROVISÓRIOS. AUSÊNCIA DE DECISÃO JUDICIAL. DESNECESSIDADE. ALIMENTOS OFERTADOS EM AÇÃO DE DIVÓRCIO. NECESSIDADE PRESUMÍVEL DA CRIANÇA. APERFEIÇOAMENTO DO ATO DE OFERTA COM O ACEITE DA PARTE CONTRÁRIA. PERÍODO DEVIDO ENTRE A CONTESTAÇÃO E A SENTENÇA PROFERIDA. SENTENÇA CASSADA.

1. O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos (CC, art. 1.696), sempre a prestigiar aqueles que necessitam. Os cônjuges separados judicialmente contribuirão para a manutenção dos filhos na proporção de seus recursos (CC, art. 1.703).

2. É dispensável a necessidade da exordial mencionar expressamente o pedido de alimentos provisórios, uma vez que, na oferta de alimentos, a omissão quanto ao prazo inicial para pagamento permite concluir que o início será computado a partir do momento em que ocorrer o aceite, notadamente diante da necessidade presumível da criança e do interesse do ofertante em honrar com o dever natural de sustento para com o filho, sendo dever do magistrado de fixá-lo, salvo se o credor declarar expressamente que deles não necessita (art. 4º da Lei n. 5.478/68), o que não foi o caso dos autos.

3. Apelo provido parcialmente, para cassar a sentença, retornando os

autos à origem para dar prosseguimento a execução.

Nas razões do recurso especial, o recorrente alega violação dos arts. 489 do Código de Processo Civil e 4º e 13 da Lei n. 5.478/1968. Sustenta que, além da ausência de fundamentação, o acórdão recorrido não observou a necessidade de decisão judicial para fixação dos alimentos provisórios. Afirma que, tendo os alimentos somente sido fixados na sentença, não seria devido o pagamento de alimentos desde a contestação.

No pedido de tutela provisória, pretende o recorrente a atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso especial, sustentando que seu recurso especial deverá ser provido e que o cumprimento provisório do decisum resultará em prejuízos incalculáveis, em razão da "decretação de indisponibilidade de bens e valores" (e-STJ, fl. 378).

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, a concessão de efeito suspensivo a recurso especial e a agravo em recurso especial demanda a demonstração inequívoca do *periculum in mora*, evidenciado pela urgência da prestação jurisdicional a fim de evitar dano de difícil ou incerta reparação, e do *fumus boni iuris*, consistente na probabilidade do direito alegado, capaz de denotar a possibilidade de êxito do recurso especial.

No caso em análise, o acórdão impugnado deu provimento ao recurso dos requeridos para determinar o prosseguimento da execução de alimentos, ao fundamento de que sua oferta na petição inicial da ação de divórcio cumulada com fixação de alimentos fazia presumir que o pagamento teria início imediato. Isso porque a oferta pelo próprio devedor deveria ser compreendida como o aceite do valor e a obrigação em favor dos próprios filhos é um dever natural. Esse entendimento do Tribunal não pode ser tido como teratológico, tampouco permite a conclusão de que será reformado, numa análise perfunctória, própria dos julgamentos liminares.

Por outro lado, a alegação de perigo de demora ficou adstrita à alegação de processamento de cumprimento provisório de sentença, o que, por si só, não é apto a caracterizar o preenchimento desse requisito legal. Com efeito, verifica-se, na hipótese dos autos, a confusão entre o efeito suspensivo do recurso especial com o requerimento de

Superior Tribunal de Justiça

suspensão do cumprimento de sentença, cujo juízo competente não é este Tribunal Superior, sob pena de supressão de instância.

Portanto, não se vislumbra a presença simultânea dos requisitos legais para excepcional atribuição de efeito suspensivo a recurso especial, consoante acima delineado.

Com esses fundamentos, indefiro o presente pleito, nos termos do art. 288, § 2º, do RISTJ.

Vistas ao MPF.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator